



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – CAEN – UFC

FERNANDO ANTONIO ALVES DOS SANTOS JUNIOR

**RELAÇÃO ENTRE IDEOLOGIA POLÍTICA E IDH-M:
UM ESTUDO DE CASO NOS MUNICÍPIOS CEARENSES**

FORTALEZA

2017

FERNANDO ANTONIO ALVES DOS SANTOS JUNIOR

RELAÇÃO ENTRE IDEOLOGIA POLÍTICA E IDH-M:
UM ESTUDO DE CASO NOS MUNICÍPIOS CEARENSES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia. Área de concentração: Economia Política.

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Linhares

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S1r SANTOS, FERNANDO ANTONIO ALVES DOS.
RELAÇÃO ENTRE IDEOLOGIA POLÍTICA E IDH-M : UM ESTUDO DE CASO NOS MUNICÍPIOS
CEARENSES / FERNANDO ANTONIO ALVES DOS SANTOS. – 2017.
47 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração,
Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Economia, Fortaleza, 2017.
Orientação: Prof. Dr. FABRÍCIO LINHARES.

1. Ideologia Política. 2. Bem-estar. 3. IDH. I. Título.

CDD 330

FERNANDO ANTONIO ALVES DOS SANTOS JUNIOR

RELAÇÃO ENTRE IDEOLOGIA POLÍTICA E IDH-M:
UM ESTUDO DE CASO NOS MUNICÍPIOS CEARENSES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia Área de concentração: Economia Política

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabrício Linhares (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Prof. Dr. Glauber Marques Nojosa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Prof. Dr. Manoel Bosco de Almeida
Universidade Estadual do Ceará (UFC)

A aquela que sempre me faz ter esperança.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPQ, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

Ao Prof. Dr. Fabricio Linhares, pela excelente orientação e toda presteza que ofereceu durante a dissertação.

Aos professores participantes da banca examinadora Prof. Dr. Glauber Marques Nojosa e Prof. Dr. Manoel Bosco de Almeida pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

A honrosa Ruth Maria, por ter sempre me apoiado e se preocupado comigo.

A Mariana David, por me acalmar, me apoiar e sempre me fazer ter esperança.

“No céu não existe distinção entre Leste e Oeste, as pessoas criam essas distinções em suas mentes, e depois acreditam que elas são verdadeiras”

RESUMO

A polarização política no cenário nacional vem aumentando nos últimos anos. O debate acerca de partidos e medidas de governo toma um tom cada vez mais pessoal, levando até mesmo a conflitos físicos entre grupos durante manifestações. Faz-se necessária uma análise desapassionada para determinar se clivagens ideológicas têm algum sentido na prática. Assim, o presente estudo tem como objetivo investigar se a ideologia dos governantes pode influenciar no nível da qualidade de vida da população. Para isso, dois períodos das eleições municipais no Estado do Ceará foram analisados. No primeiro período, de 1988 até 2000, os partidos foram classificados ideologicamente e foi analisada a trajetória da participação de cada orientação ideológica no cenário estadual. O segundo período, de 2000 até 2010, foi analisado por meio de regressões lineares utilizando o método dos Mínimos Quadrados. As estimações foram realizadas tomando como variável dependente o aumento percentil do IDHM, como também a melhora percentil do hiato do IDHM, que corresponde a distância entre o IDHM e seu valor máximo. Após as primeiras estimações, análises de fatores foram utilizadas para contornar problemas com multicolinearidade. Ao todo 12 estimações foram feitas para analisar o período eleitoral de 2000 a 2008. As estimações não encontraram um número aceitável de resultados estatisticamente significantes (apenas 9 de 264 coeficientes calculados foram estatisticamente significantes). A escassez de resultados significantes pode ser explicada pela pequena base de dados, ou ser tomada como indicativo do baixo impacto prático da orientação ideológica do governante, podendo ser mais importante a competência pessoal e política.

Palavras-chave: Ideologia Política. Bem-estar. IDH.

ABSTRACT

The political polarization in the national scenario has increased in recent years. The debate over parties and government measures takes on an increasingly personal tone, leading to physical confrontation between groups during political marches. A dispassionate analysis is useful to determine whether ideological cleavages have any practical meaning. Thus, the present study aims to investigate if the ideology of rulers can influence the level of quality of life of the population. For this, two periods of the municipal elections in the State of Ceara were analyzed. In the first period, from 1988 to 2000, the parties were classified ideologically and the trajectory of the participation of each ideological orientation in the state scenario was analyzed. The second period, from 2000 to 2010, was analyzed using linear regressions using the Least Squares method. The estimates were made taking as a dependent variable the percentile increase of the HDI, as well as a percentile improvement of the HDIH gap, which corresponds to a distance between HDI and its maximum value. After the first estimates, factor analyzes were used to avoid problems with multicollinearity. All 12 estimates were made to analyze the same electoral period (from 2000 to 2008). The estimations did not find an acceptable number of statistically significant results (only 9 of 264 calculated coefficients were statistically significant). The scarcity of significant results can be explained by the small size of the database, or taken as indicative of the low impact of government ideological orientation, or as an indicative that personal and political competence may be more important than ideological orientation.

Keywords: Political Ideology. Welfare. HDI.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Trajetória do número de partidos por ideologia (1988-1996).....	27
Gráfico 2 – Trajetória do número de partidos por ideologia (2000-2008).....	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição do quadro político cearense (1988-1996)	27
Tabela 2 – Composição do quadro político cearense (2000-2008)	28
Tabela 3 – Quantidade de municípios por categoria	29
Tabela 4 – Variável controle e fonte	30
Tabela 5 – Coeficiente das <i>dummies</i> e p-valor em cada um dos modelos (IDHM)	32
Tabela 6 – Coeficiente das <i>dummies</i> e p-valor em cada um dos modelos (HIATO)	33
Tabela 7 – Coeficiente das <i>dummies</i> e p-valor em cada um dos modelos (IDHM com fatores)	34
Tabela 8 – Coeficiente das <i>dummies</i> e p-valor em cada um dos modelos (HIATO com fatores)	35

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	Indicadores socioeconômicos e IDHM	15
2.2	Política e Espectro político	16
2.3	Sistema político brasileiro	20
2.4	Revisão bibliográfica	21
3	ESTUDO DE CASO: IDHM E POLÍTICA NO CEARÁ	26
4	CONCLUSÃO	37
	REFERÊNCIAS	39
	APÊNDICE A – CLASSIFICAÇÃO E RESULTADOS MUNICIPAIS	
	(1988-2008)	42

1 INTRODUÇÃO

Aumentos na polarização política podem ser facilmente testemunhados no quadro nacional. O embate dessas ideias, sempre vivo, toma novos ringues, como as mídias sociais, sem perder força em lugares mais tradicionais de debates políticos como universidades, centros de pesquisa e no âmbito do serviço público. O conflito entre ideias e grupos se intensifica em épocas eleitorais, ora instigado pelos candidatos, ora instigado pela própria comunidade com vistas ao escrutínio que balize o exercício do voto.

Enquanto que ambos os polos afirmam trazerem melhores condições para a sociedade, altas doses de paixão em seus seguidores acabam por dificultar uma análise racional acerca de dados que possam corroborar com suas afirmações. As crenças individuais e coletivas acabam por ressaltar qualquer dado que possa ser interpretado como positivo para aquela visão de mundo e ignorar outros que possam ser divergentes.

Ainda que trabalhos recentes tenham investigado possíveis relações entre ideologia política e desempenho socioeconômico, em geral, eles se restringem a aspectos específicos como gastos governamentais (DAVIES, 2009), políticas de transferência de renda (KUMARA, 2010) ou estabilidade política e qualidade de vida (KLOMP, 2009). Alguns autores reconhecidos no meio acadêmico investigaram como aspectos políticos influenciam o desempenho econômico. Por exemplo, Przeworski (1993) ao analisar se o sistema democrático promove ou dificulta o crescimento econômico, encontrou que, apesar do sistema político aparentemente influenciar o crescimento, os regimes políticos não parecem sentenciar inexoravelmente o desempenho econômico. Alesina (1989) analisou as influências que ciclos econômicos podem ter sobre o processo político e eleitoral, chegando à conclusão que o processo político, não é apenas influenciado por ciclos econômicos, mas também, pode influenciá-los, produzindo nesse processo resultados indesejados. Schneider (1985) ao investigar a influência da ideologia encontrou que países com orientação mais para “direita” tinham mais facilidade em captação de investimento estrangeiro direto, enquanto que países mais para a “esquerda” possuíam maior dificuldade.

Apesar de haver investigações acerca de influências da ideologia política, o aspecto socioeconômico acaba sendo representado apenas por indicadores unicamente econômicos, como crescimento econômico ou renda. Havendo assim uma lacuna de estudos que relacionem o processo político e ideologia a um indicador mais abrangente, que incorpore outros aspectos à análise senão aspectos exclusivamente econômicos.

Destarte, o presente trabalho tem como objetivo avaliar, por meio de um indicador

socioeconômico multidimensional, se a orientação ideológica do Poder Executivo local pode influenciar a qualidade de vida da população de forma significativa. É importante que a avaliação do desempenho de um dado regime seja cada vez mais abrangente, também incorporando na análise aspectos da qualidade de vida não econômicos, como saúde e educação.

Para a investigação acerca da influência ideológica, as eleições para prefeito de dois períodos eleitorais do Estado do Ceará foram consideradas. O primeiro período, de 1988 a 2000, mostra a trajetória da participação política no cenário estadual de cada uma das três ideologias analisadas (Direita, Centro e Esquerda). O segundo período, de 2000 a 2010, foi analisado por meio de regressão linear utilizando o método dos mínimos quadrados.

O presente trabalho está organizado da seguinte forma: O primeiro capítulo apresenta o tema do trabalho e o que foi feito. No segundo, um referencial teórico traz as pesquisas mais importantes realizadas na área, como também apresenta conceitos e aspectos fundamentais para classificações ideológicas tomadas ao longo do trabalho. No terceiro capítulo, um breve histórico político do Estado do Ceará é exposto. Após isso, o modelo matemático é apresentado juntamente com seus resultados. Por fim, no quarto capítulo, as conclusões são apresentadas juntamente a uma nova proposta de análise.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Indicadores socioeconômicos e IDHM

Indicadores socioeconômicos figuram-se como objetos de crescente interesse das sociedades acadêmica e civil. Os indicadores funcionam como um representante sintético de um determinado quadro socioeconômico, podendo indicar carências ou avanços na qualidade de vida da população. Tais indicadores balizam, cada vez mais, projetos e ações governamentais que acabam por afetar a sociedade. A importância dos indicadores aumenta à medida que planejamentos plurianuais e de grande porte se consolidam no cenário nacional (JANNUZZI, 2005). Os indicadores podem apresentar uma representação demasiada simplificada da realidade, ainda assim os mesmos acabam por atender múltiplos propósitos. Segundo Jannuzzi, o interesse pelos indicadores ainda se deve ao fato da fiscalização feita pela própria sociedade civil sobre os gastos e investimentos do poder público.

Um dos primeiros esforços para representar o quadro socioeconômico foi realizado pelo inglês Richard Stone (KURESKI, 2005), o Produto Interno Bruto (PIB) tornou-se a medida mais conhecida e mais utilizada no mundo para representar o tamanho econômico das nações (SYRQUIN, 2010) sendo a variação do PIB um indício da saúde geral da economia. O PIB muitas vezes acaba sendo associado a uma representação do padrão de vida, bem-estar e até mesmo felicidade da população de um país. Porém, desde o início, aferições do PIB foram realizadas permeadas por debates que criticavam a adequação de tal indicador para representar o bem-estar da população (SYRQUIN, 2010), tendo como resultados imediatos mudanças metodológicas no cálculo do PIB, como também a adoção do PIB per capita para uma melhor representação do quadro socioeconômico.

As críticas ao uso do PIB como indicador ganharam fôlego na década de 80 do século passado. Devido ao quadro de estagnação econômica dos anos 80, houve um aprofundamento, no meio acadêmico, de estudos sobre pobreza, exclusão social, desigualdade de renda e condições de vida (GUIMARÃES, 2005). Porém o uso de um indicador multidimensional que fosse amplamente aceito só ocorreu uma década depois.

A constatação de que o crescimento econômico por si só não levaria necessariamente a uma maior qualidade de vida acaba por impulsionar a busca de indicadores que representem múltiplos aspectos socioeconômicos (GUIMARÃES, 2005). Tais esforços, que ocorreram em uma escala global (OLIVEIRA, 2002), geraram debates, principalmente no

seio da Organização das Nações Unidas (ONU), que culminariam no Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Idealizado pelo paquistanês Mahbub ul Haq e pelo indiano Amartya Sen, o primeiro RDH, em 1990, apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que viria a se tornar mundialmente um dos mais conhecidos e utilizados indicadores socioeconômicos. O IDH é um índice que incorpora uma média ponderada de indicadores de três aspectos socioeconômicos: educação, saúde e renda.

Apesar de várias críticas no meio acadêmico, o IDH foi muito bem acolhido pela mídia (GUIMARÃES, 2005), consolidando a visão de que bem-estar ultrapassa a simplória associação imediata ao PIB. Publicações anuais do RDH pela PNUD, em várias línguas, e trazendo o IDH de vários países são disponibilizados gratuitamente à sociedade civil e aos governos do mundo todo, de forma a democratizar o acesso a informações acerca do quadro socioeconômico geral das nações. Além do IDH, outras variantes são trazidas pelos relatórios mais recentes, entre eles o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD) e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).

Mas aferir o IDH ou suas variações por si só não leva inexoravelmente a uma sociedade melhor (JANNUZZI, 2005). Eles apenas funcionam como indicadores do quadro atual e servem de instrumentos para o planejamento governamental para saber que aspectos podem ser melhorados. Os valores do IDH servirão de base para orientar as políticas públicas do executivo local, mas as formas como eles serão utilizados dependerão de outros fatores, dentre os quais se encontra a orientação política do executivo local.

Devido a multidimensionalidade do indicador IDH e a complexidade da dinâmica político-partidária brasileira, há escassez de trabalhos e estudos de caso acerca da relação entre ideologia e melhora nas condições de vida da população. Tais estudos podem servir para melhorar o projeto de políticas públicas e aumentar a eficiência das mesmas.

2.2 Política e Espectro Político

Segundo Aristóteles (1997, p8):

[...]Como sabemos, todo Estado é uma sociedade, a esperança de um bem, seu princípio, assim como de toda associação, pois todas as ações dos homens têm por fim aquilo que consideram um bem. Todas as sociedades, portanto, têm como meta alguma vantagem, e aquela que é a principal e contém em si todas as outras se propõe

a maior vantagem possível. Chamamo-la Estado ou sociedade política. [...] (ARISTÓTELES, 1966, p. 8).

Em outra parte de sua obra, o autor grego ainda expõe:

[...]O bem é o fim de toda ciência ou arte; o maior bem é o fim da política, que supera todos os outros. O bem político é a justiça, da qual é inseparável o interesse comum, e muitos concordam em considerar a justiça, como dissemos em nossa Ética, como uma espécie de igualdade. Se há, dizem os filósofos, algo de justo entre os homens é a igualdade de tratamento entre pessoas iguais. Ora, em que consistem a igualdade e a desigualdade? É o que devemos saber. A questão não é nem alheia à política, nem destituída de dificuldade. [...] (ARISTÓTELES, 1997, p. 111).

Dos trechos expostos, pode-se tirar 4 pontos importantes para o seguinte trabalho. Primeiro, que os homens agem visando a um bem. A ação é condicionada à esperança da obtenção de algum tipo de vantagem ou melhora de uma dada situação. Conquanto todos os homens se movem por seus interesses ou esperanças, seus desejos e crenças farão com que divirjam visceralmente em suas ações. Dois homens submetidos à mesmas condições poderão interpretá-la de forma completamente diferente, por isso, os homens podem divergir quanto ao que seria uma situação “melhor” ou “pior”. Ainda que não haja desencontros substanciais quanto ao que seria uma situação “melhor” do que a atual, as crenças de cada um deles farão com que os caminhos a serem adotados sejam diferentes, às vezes, até mesmo opostos.

O segundo ponto é que os homens se associam na busca de uma dada vantagem que seria impossível de obter individualmente, ou ao menos seria consideravelmente mais custosa. Clássicos como o *Leviatã* de *Thomas Hobbes*, o *Segunda Tratado Sobre o Governo* de *John Locke*, e o *Contrato Social* de *Jean-Jacques Rousseau* tratam o porquê da associação dos homens, suas abordagens são essencialmente discordantes, sendo contrárias umas às outras em vários pontos. Ainda que as opiniões desses autores possam diferir quanto à origem e quanto à finalidade, todos concordam que homem e sociedade estão intimamente associados.

O terceiro ponto é que a Política visa a um bem maior. Que os homens unem suas forças de forma a alcançar o mais elevado bem, e que esse bem é indissociável a valores e aos interesses da sociedade. O último ponto é que questões de igualdade, desigualdade e justiça são matérias essencialmente complexas e que estão intrinsecamente associadas à política. A própria palavra política vem de *pólis*, palavra muitas vezes usada para designar as cidades gregas e sua forma de associação. Mais precisamente, a *pólis* era o local nas cidades gregas nos quais os cidadãos se reuniam para tratar dos assuntos relacionados à cidade e à convivência urbana.

Durante séculos, debates sobre política ficaram restritos ao alto clero, nobres e monarcas absolutistas. Entretanto eventos como a Revolução Gloriosa (no final do século XVII), a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa (ambos do final do século XVIII) fizeram com que o poder político não mais se concentrasse nas mãos de tão pequena parcela da população (ainda que o sufrágio universal só tenha surgido no século XX). Nesse contexto, surgem dois termos que vão marcar profundamente o debate político nos séculos seguintes: “direita” e “esquerda”.

Segundo Bobbio (1995, p 31):

[...] “Direita” e “esquerda” são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual do pensamento e das ações políticas [...] (BOBBIO, 1995, p. 31).

O surgimento desses termos políticos está relacionado à Revolução Francesa. No parlamento francês, os Girondinos, que representavam os interesses da alta burguesia e uma participação de um seguimento mais restrito no governo, sentavam-se à direita, enquanto que os Jacobinos, que defendiam uma maior participação popular no governo, sentavam-se à esquerda do parlamento. Por isso, o termo “esquerda” foi associado aos direitos dos trabalhadores e melhorias sociais, enquanto que o termo “direita” foi associado a conservadorismo e liberdade econômica.

Ainda que os termos tenham surgido na Revolução Francesa para aludir aos grupos pertencentes ao parlamento francês, os termos foram usados ao longo dos séculos seguintes para referir-se a diversos governos, ideologias, partidos, e políticas governamentais.

Segundo Bobbio (1995) apesar de muitos afirmarem que os termos direita e esquerda tenham se tornado vazios de significado devido a uma “crise de ideologia” com o final da Guerra Fria, a própria crença de uma crise de ideologia é uma evidência da permanência da dicotomia entre os termos. O autor italiano afirma:

[...] “As ideologias não deixaram de existir e estão, ao contrário, mais vivas do que nunca. As ideologias do passado foram substituídas por outras, novas ou que pretendem ser novas [...] E depois, ‘esquerda’ e ‘direita’ não indicam apenas ideologias. Reduzi-las a pura expressão do pensamento ideológico seria uma indevida simplificação. ‘Esquerda’ e ‘direita’ indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valoração a respeito da direção a ser

seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer.” (BOBBIO, 1995, p. 33).

Além dos termos mais clássicos, o autor italiano chama atenção ao que ele chama de um “Terceiro Incluído”. Coexistindo com os polos de direita e esquerda e definido pelo binômio “nem-nem”. O Terceiro Incluído existe para englobar aquilo que não é nem da direita e nem da esquerda, sua existência engloba tudo aquilo que é negado simultaneamente à direita e à esquerda, “incluindo todos os excluídos”.

Um outro termo chave seria similar ao Terceiro Incluído, mas fundamentalmente oposto. O “Terceiro Inclusivo” é definido pelo binômio “e-e”. É de direita e de esquerda simultaneamente misturando-os, mesclando-os e combinando-os em algo novo. É aquele que almeja conciliar os polos em tornar-se ponto de encontro e conciliação. Nas palavras do próprio autor:

[...] “O Terceiro Inclusivo tende a ir além dos dois opostos e a englobá-los numa síntese superior, e, portanto, anulando-os enquanto tais: dito de outro modo, ao invés de duas totalidades que se excluem reciprocamente e não são, como a frente e o verso da medalha, visíveis simultaneamente, faz deles duas partes de um todo, de uma totalidade dialética. Esta se distingue tanto da totalidade mecânica, na qual o todo deriva da combinação de partes componíveis, e componíveis porque compatíveis, quanto da totalidade orgânica, na qual as partes singulares estão em função do todo, e, portanto, não são antitéticas entre si, mas convergentes para o centro.” (BOBBIO, 1995, p. 38).

A totalidade dialética é justamente uma síntese dos polos opostos, não os nega e sim os une de forma sintética. Esse Terceiro Inclusivo normalmente se apresenta sob o nome de uma “Terceira Via”. Se existe a “direita” e a “esquerda”, é intuitivo que o Terceiro Incluído e o Terceiro Inclusivo acabem por se apresentar sob o nome de “centro”.

Se a direita tenta atingir algo de uma forma e a esquerda tenta alcançar o mesmo objetivo de uma forma oposta, o centro acaba por se ver enclausurado em escolhas que seriam ou da direita, ou da esquerda. Suas atitudes acabam então se alinhando às vezes com a direita e às vezes com a esquerda. E essa quantidade de vezes que o centro se alinha acaba por gerar duas outras classificações usualmente utilizadas no contexto do espectro político: centro-direita e centro-esquerda.

O espectro político poderia então ser definido dessa forma: Direita, Centro-Direita, Centro, Centro-Esquerda e Esquerda. Ressaltando que, segundo o autor italiano, apenas medidas de direita e de esquerda poderiam ser tomadas, qualquer outra nomenclatura apenas

evidencia a quantidade de vezes, e o grau, que um determinado grupo ou partido se alinha com medidas de direita e com medidas de esquerda.

As políticas de esquerda seriam então aquelas associadas a uma “justiça social”, enquanto que as políticas de direita seriam associadas a uma maior “liberdade individual”. Não é de se espantar que movimentos de direita normalmente sejam associados com menor interferência e presença do Estado na economia, menores impostos, mais direitos e liberdades civis e leis trabalhistas mais flexíveis, enquanto que movimentos de esquerda envolvam maior presença do Estado, maior carga tributária, especialmente sobre os mais ricos, e sistemas de assistência social e distribuição de renda.

Destarte todo o debate secular tomado entre direita e esquerda, ambas orientações continuam declarando trazer o melhor estado para os membros da sociedade. Para a direita, existe uma ordem natural e uma tendência irrefreável para uma situação “melhor”, contanto que o Estado não tome para si a responsabilidade de atingir esse ponto “melhor”. Já a esquerda, declara que a natureza não é capaz de se regular de forma satisfatória, sendo necessária a ação do Estado para atingir o ponto “melhor”. Questões ligadas a saúde, por exemplo, são palco de debates entre essas ideologias. Segundo a direita, o Estado é ineficiente e incapaz de fornecer um sistema de saúde adequado a sua população, e que deveria ser deixado ao cargo do cidadão o dispêndio para com a saúde de sua família. Já a esquerda afirma que defeitos estruturais impossibilitam vários membros da sociedade de terem condições de arcar com planos de saúde, por isso o Estado deveria ser responsável por um sistema de saúde pública abrangente e de qualidade.

2.3 Sistema político brasileiro

De 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985 um regime civil-militar esteve à frente do Brasil. Durante esse tempo, os Atos Institucionais (AIs) mudaram substancialmente o corpo jurídico-normativo do país. A mais relevante das modificações no sistema político brasileiro ocorreu no dia 27 de outubro de 1965, o AI nº2 finda o sistema pluripartidarista brasileiro e incorpora o bipartidarismo.

Após a instauração do Ato, somente dois partidos poderiam tomar parte nas eleições: o partido da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o do Movimento Democrático Brasileiro. Segundo Fausto (2012), o Arena era um partido marcadamente conservador e adepto ao regime, enquanto que o MDB unia oposições de praticamente todo o espectro político, sua base de apoio

era justamente o esforço contra o regime civil-militar. E foi justamente esse o motivo para o fim do bipartidarismo mais de duas décadas depois do AI nº2. De acordo com Fausto (2012), o crescente aumento de votos da oposição do regime não poderia ser refreado a não ser que o sistema bipartidário acabasse, assim as oposições se dispersariam enquanto que os adeptos do regime migrariam para o mesmo partido. A Lei Federal nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, restaura oficialmente o sistema pluripartidário.

O “herdeiro político” do Arena foi o Partido Democrático Social (PDS), enquanto que o MDB se dissolveu em vários partidos. É importante frisar que grande parte dos políticos da época, inclusive alguns do próprio Arena, se aglomeraram em um único partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que, por sua heterogeneidade, acaba se tornando um partido de centro, ora alinhado com partidos de direita, ora alinhado com partidos de esquerda.

Vale ressaltar que alguns partidos tidos como ilegais e clandestinos mesmo do regime civil-militar foram legalizados, a exemplo tem-se o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Outros partidos que surgiram com a volta do pluripartidarismo foram: o Partido Popular (PP), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Ainda que o regime civil-militar tenha oficialmente acabado em 1985, foi somente três anos depois que uma nova constituição foi promulgada. Além dos critérios mencionados, foram estabelecidos o pluripartidarismo; separação e autonomia dos poderes; autonomia dos estados e municípios; voto obrigatório, secreto, direto e sufrágio universal; além de mandatos de quatro anos para deputados, vereadores, presidentes, governadores e prefeitos.

2.4 Revisão bibliográfica

O número de estudos sobre indicadores sociais e políticas públicas cresceu bastante na década de 80 do século XX, devido ao interesse crescente do governo em métodos e instrumentos técnicos de fiscalização e medição de eficiência das políticas realizadas (GUIMARÃES, 2005).

Estudos acerca da relação entre gastos governamentais e mudanças em indicadores socioeconômicos foram realizados em âmbitos locais de forma a auxiliar o poder executivo a mensurar a eficiência de seus investimentos (REZENDE, 2005), como também a efetividade de políticas públicas de saúde (HENRIQUE, 2007).

O aspecto político no desenvolvimento econômico e melhoria de vida da população tem tido moderado interesse do meio acadêmico. Dick (1974) expressa diferenças de formas de

governo autoritário e não autoritário e como tal aspecto político influencia o desenvolvimento econômico. Numa avaliação da correlação entre competitividade eleitoral e aumento do PIB per capita, os regimes com baixa competitividade política, países sob ditaduras ou que possuam um número extremamente limitado de partidos, apresentaram caráter ambíguo, podendo atingir altos níveis de crescimento de renda per capita, ou baixíssimos. Já Kosack (2003) analisa como aspectos assistenciais dentro da democracia podem melhorar a qualidade de vida da população. Kosack ainda alerta para os perigos do sistema intervencionista estatal dentro de um regime autoritário e possíveis danos de tal intervenção.

Gupta (2001) enfatiza que não é apenas o quanto investir, mas como investir. Gupta (2001) mostra que alguns governos são consideravelmente mais eficientes que outros quanto a alocação de recursos e melhora na qualidade de serviços de saúde e educação e que há também a possibilidade de os governos melhorarem sua eficiência ao longo do tempo. Já Davies (2009) mostra, em um estudo com múltiplas nações, o impacto no IDH devido a gastos governamentais com bem-estar social. Davies mensura quanto seria o gasto ótimo do governo em relação a melhoria de índices de desenvolvimento social e o compara com estimativas do gasto ótimo do governo em relação ao crescimento do PIB, chegando ao resultado que o gasto que otimiza os índices de desenvolvimento humano é superior ao gasto estimado que maximiza o aumento do PIB.

Bal (2014) expõe como as influências ideológicas afetaram fortemente o sistema educacional no século XIX. Expõe ainda como o posicionamento ideológico orienta o plano de ação dos governos para tentar melhorar índices de desenvolvimento humano. Utilizando o exemplo da Índia, Bal discorre sobre como processos histórico-políticos, colonização e o processo de independência do país asiático, acabaram afetando drasticamente o sistema educacional e, conseqüentemente, os indicadores socioeconômicos. Kumara (2010) mostra que medidas e programas governamentais de transferência de renda, normalmente associados a governos de orientação ideológica esquerdista, influenciam a taxa de evasão escolar. Mo (2013) encontra resultados similares. Tais resultados corroboram logicamente com o encontrado por Dela (2013) quanto a mudança de voto por parte do eleitorado devido a programas governamentais.

A importância ideológica para melhorias no desenvolvimento humano não se restringe a área da educação. Pega (2013) traz exemplos de estudos que incluem aspectos políticos como determinantes do quadro da saúde e bem-estar da população e a evolução conceitual dessa perspectiva. Lundberg (2010) discorre sobre como novos estudos trazem uma visão de que políticas não diretamente relacionadas a área de saúde acabam influenciando os

indicadores referentes à saúde pública. Como exemplo desses estudos, têm-se que Navarro (2006) defende que as políticas de governo e a orientação ideológica do poder executivo influenciam o desempenho do país em indicadores de saúde. O estudo realizado com membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em um período de 50 anos, mostra que políticas que visem um sistema com menores desigualdades sociais resultam em efeitos salutares para o quadro da saúde da população, por exemplo, a diminuição da mortalidade infantil (NAVARRO, 2003). Klomp (2009) sugere que há uma relação entre estabilidade política e a saúde da população, além disso, o autor defende a democracia como uma forma de governo que oferece benefícios à saúde pública. Tal resultado é posto em dúvida por Granados (2010), já que segundo seu estudo, países em regimes autoritários foram capazes de obter enormes avanços na redução da mortalidade infantil e, conseqüentemente, no aumento da expectativa de vida equiparando-se aos países democráticos de melhores indicadores socioeconômicos. Chung (2006) sugere uma relação entre partidos trabalhistas ou social democratas no avanço do quadro da saúde pública, o autor advoga ainda o uso de políticas de diminuição de desigualdade e serviços públicos de saúde como instrumentos para melhoria da saúde da população. Lundberg (2008) defende que, em relação a melhoria da saúde pública, o aumento da “generosidade” do Estado quanto ao sistema de aposentadoria pública é mais eficiente frente a essa generosidade quanto a aposentadoria privada.

O processo político brasileiro apresenta elevada complexidade no que concerne a orientação ideológica, segundo Santos (2013), presidentes da república são obrigados a realizar grandes coalizões partidárias, devido ao alto grau de fragmentação partidária no Congresso brasileiro, visando a maioria nas câmaras legislativas; tais coalizões acabariam por diluir o posicionamento ideológico dos partidos envolvidos. Souza (2010) defende que, nos municípios, os interesses locais entre os competidores acabam por subjugar as diferenças ideológicas, resultando em pouco enraizamento ideológico no âmago dos partidos. Já Cervi (2014) defende que a constante presença do PSDB e do PT nas eleições presidenciais acaba por gerar uma recente tendência de polarização e real diferença ideológica entre os dois partidos, o que tornaria possível avaliar as bases de apoio dos partidos e verificar alguma relação entre o desenvolvimento humano e a defesa de alguma orientação ideológica. Os achados do autor sugerem um aumento de IDH-M nas unidades da federação com votos no candidato do PT a partir de 2006. Tal resultado é condizente com Avelar (2008), que defende que o maior apoio a partidos tradicionais de direita vem de áreas com pior qualidade de vida.

Apesar de haver estudos relacionando o IDH-M a fatores não convencionais, como pode ser encontrando em Scarpin (2007), e alguns estudos acerca da relação entre base de apoio

de partidos políticos e IDH, há uma carência de artigos relacionando a influência da ideologia política no aumento do IDH. Restando a dúvida se a ideologia política do executivo local pode mudar o IDH, sendo isso o resultado de alguma causalidade ou se a relação entre ambos é de mera afinidade não-causal.

Rodrigues (2009) apresenta uma revisão bibliográfica acerca da disciplina partidária e da formação de alianças. Mais de uma pesquisa analisada pelo autor aponta que há um grau relativamente alto de disciplina partidária entre os parlamentares federais, sendo maior em partidos que se situam mais à esquerda do espectro político (RODRIGUES, p. 33), já os valores mais baixos de disciplina partidária se encontram na faixa de 90%. Outro ponto relevante para o trabalho que também é avaliado pelo autor é a migração partidária.

O sentimento da crise ideológica causado por migrações partidárias acaba por se demonstrar vazio de significado prático. Primeiramente o grau de migração partidária caiu sensivelmente após a primeira década do período de redemocratização brasileiro. Em segundo lugar, a maior parte das migrações partidárias ocorre dentro do mesmo bloco ideológico. Apesar da mudança de partido, em geral, a ideologia partidária do candidato acaba por ser praticamente a mesma (RODRIGUES, p. 29). As mudanças de partidos estão associadas a um pensamento racional e busca, por parte dos parlamentares, por uma maior probabilidade de êxito na carreira política, e não por motivos ideológicos.

Outra evidência da validade de análises ideológicas é que, apesar da falta de coesão partidária brasileira, o eleitorado mostra certo apego habitual a partidos específicos ou a uma orientação ideológica geral (RODRIGUES, p. 30). A coesão partidária é uma medida da rotatividade de parlamentares. Quanto maior a rotatividade, menor é a coesão partidária.

Rodrigues (2009) ainda traz uma revisão acerca de trabalhos feitos no âmbito da determinação do espectro político:

[...] “Claramente, os que se definiam mais à esquerda eram os mais favoráveis ao intervencionismo econômico, à reforma agrária e mais hostis ao capital estrangeiro, enquanto os que se definiam mais à direita tinham posições inversas. Além disso, a proporção de deputados que se auto classificaram como de direita moderada e de centro aumentavam entre o grupo dos empresários, inversamente, entre os parlamentares de profissões intelectuais, manuais e de nível médio, crescia a proporção dos que se declaravam de esquerda. Havia, pois, não somente certa consistência ideológica diferenciando os partidos como também correspondência entre a composição social das bancadas e suas preferências políticas e programáticas.” (RODRIGUES, 2009, p. 25).

Kinzo (1993) encontrou os mesmos resultados quanto a ideologia partidária e

comportamento no Congresso Nacional. Clivagens ideológicas puderam ser vistas entre os partidos em votações importantes, sendo os partidos de esquerda notadamente os mais nacionalistas e os mais estatizantes. Além disso, os partidos nas unidades federativas acabavam por apresentar comportamentos substancialmente semelhantes ao comportamento no Congresso Nacional. Segundo Kinzo, “variações regionais não são marcantes ao ponto de anularem os traços gerais que delineiam perfis distintos entre os principais partidos” (KINZO, 1993, p. 82).

Os partidos, ao contrário do que possa inicialmente parecer, não são vazios de significado prático, muito pelo contrário, são muitas vezes determinantes no voto dos parlamentares. As condições de melhoria de vida da população não estão desvinculadas do processo político, mas sim intimamente e indissociavelmente ligadas a ele. Por isso, é necessário que mais investigações sejam feitas visando a uma melhor análise.

3 ESTUDO DE CASO: IDHM E POLÍTICA NO CEARÁ

O presente trabalho tem como intuito avaliar a relação entre a orientação ideológica do partido do chefe do Poder Executivo municipal e relações com o IDHM de uma localidade.

Para a determinação da orientação política, foi usado como base o livro “Partidos, ideologia e composição social”, do autor Leôncio Martins Rodrigues. Os partidos que não foram contemplados pela análise do autor foram posicionados no espectro político com base em auto declaração acerca da orientação ideológica do partido. Para partidos que não vincularam auto declarações, o posicionamento foi feito com base no estatuto nacional da legenda. Partidos que defendiam o livre mercado e diminuição do Estado até uma presença mínima (e apenas em setores inalienavelmente ligados ao poder público) foram considerados partidos de orientação de direita. Partidos que declaravam lutar pela economia de mercado, mas que também defendiam a iniciativa estatal em setores “estratégicos”, além de defenderem propostas governamentais que visassem distribuição de renda, foram considerados partidos de centro. Nenhum partido de esquerda não foi contemplado pela bibliografia ou não se autodeclarou ideologicamente.

Inicialmente foi avaliada a trajetória da composição política dos municípios do Estado do Ceará por meio de seis eleições, de 1988 a 2008. Essas seis eleições foram divididas em dois períodos, com cada período contendo 3 eleições. O primeiro período, de 1988 a 2000, mostra a trajetória da participação de cada um dos três blocos ideológicos no cenário político cearense. Já o segundo período forneceu a base de dados para uma análise por meio de regressão linear pelo método dos mínimos quadrados.

Os dados disponibilizados para as eleições de 1988 possuem algumas omissões acerca do partido do prefeito eleito para alguns municípios, além disso alguns partidos dessa eleição deixaram de existir sem deixarem registrados em meios acessíveis sua orientação ideológica, por esse motivo, vinte e seis municípios do Ceará não foram contabilizados nesta primeira análise acerca do espectro político. Um ponto importante a ser ressaltado é que como as variáveis utilizadas para análise apresentam natureza per capita ou qualitativa, a dimensão do município não distorce a base de dados.

Em 1988, como pode ser visto na Tabela 1, partidos de orientação ideológica de direita possuíam a maioria das prefeituras do Ceará, com 93 municípios sob seu governo. Os partidos de centro vinham logo após com 61 municípios, enquanto que a esquerda vinha em última com apenas 4 municípios. A partir das eleições municipais seguintes o quadro muda. A

direita perde significativa força para partidos de centro e de esquerda. Nas eleições de 1996, o centro continua ganhando força no Ceará, enquanto direita e esquerda diminuem a quantidade de municípios sob seus governos. A trajetória da participação política pode ser visualizada no Gráfico 1.

Tabela 1 – Composição do quadro político cearense (1988-1996)

Quantidade de municípios por ideologia do partido vencedor				
Ano	Direita	Centro	Esquerda	Total
1988	93	61	4	158
1992	42	112	30	184
1996	35	131	18	184

Fonte: Elaborada pelo autor.

Gráfico 1 – Trajetória do número de partidos por ideologia (1988-1996)



Fonte: Elaborada pelo autor.

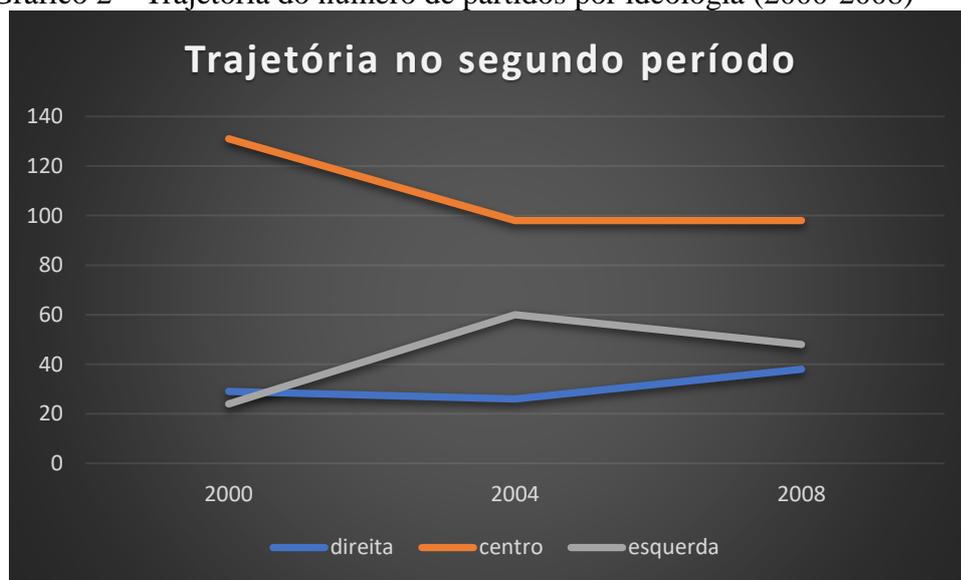
No segundo período, o centro começa com mais de 70% de todos os municípios do Ceará, enquanto que a direita e a esquerda aparecem praticamente empatadas. Nas eleições de 2004, a esquerda ganha força enquanto que o centro perde municípios e a direita fica relativamente estável. Nas últimas eleições do segundo período analisado, o centro fica estável e a esquerda perde força para a direita. A quantidade de municípios por ideologia pode ser conferida na tabela 2, enquanto que o gráfico 2 mostra a trajetória da participação política entre 2000 e 2008.

Tabela 2 – Composição do quadro político cearense (2000-2008)

Ano	Direita	Centro	Esquerda	Total
2000	29	131	24	184
2004	26	98	60	184
2008	38	98	48	184

Fonte: Elaborada pelo autor.

Gráfico 2 – Trajetória do número de partidos por ideologia (2000-2008)



Fonte: Elaborada pelo autor.

Como é possível ver, com a exceção da eleição de 1988, o Centro detém a maioria dos municípios do estado do Ceará. Enquanto isso, Esquerda e Direita acabam oscilando entre si quanto ao número de municípios conquistados.

Considerando que a ordem em que os prefeitos foram eleitos é significativa, surgem 27 possibilidades da combinação dos 3 períodos e 3 orientações políticas.

Os resultados desta classificação podem ser vistos na tabela 3. As letras “D”, “C” e “E” representam Direita, Centro e Esquerda, respectivamente. Em certos momentos, para facilitar a entrada de dados, as categorias foram numeradas de 01 a 27, a ordem delas é a mesma apresentada na Tabela 3.

Tabela 3 – Quantidade de municípios por categoria

Ordem	Primeiro período: 1988-1992-1996	Segundo período: 2000-2004-2008
DDD	6	3
DDC	24	1
DDE	0	4
DCD	12	1
DCC	34	10
DCE	3	2
DED	4	4
DEC	10	0
DEE	0	4
CDD	2	5
CDC	4	8
CDE	2	3
CCD	7	7
CCC	34	60
CCE	4	12
CED	1	11
CEC	6	9
CEE	1	16
EDD	0	2
EDC	0	0
EDE	0	0
ECD	0	0
ECC	1	5
ECE	0	1
EED	0	5
EEC	1	5
EEE	2	6
Total	158	184

Fonte: Elaborada pelo autor.

A maior categoria em ambos os períodos foi a correspondente a três governos seguidos de partidos de orientação de centro. No segundo período, os municípios que tiveram três prefeitos de orientação de centro correspondem a praticamente um terço de toda a amostra do período. Para análise da relação entre o aspecto político e medidas do IDHM foram criadas vinte e seis variáveis *dummies*. Uma para cada categoria possível, exceto para a categoria DDD que ficou sendo a categoria de referência. Os dados então foram utilizados no programa Eviews juntamente com as 29 variáveis controle.

Para análise do aspecto ideológico foram tomadas inicialmente 29 variáveis

controle que poderiam afetar de alguma forma o IDHM medido. As variáveis foram retiradas do Atlas Brasil, IBGE ou do banco de dados do FINBRA. A quantidade de variáveis controle foi limitada pela razão de que vários indicadores amplamente usados são diretamente relacionados ao IDHM (por exemplo qualquer indicador que utilize renda). A Tabela 4 mostra as variáveis controle, o código de cada variável e fonte utilizada.

Tabela 4 – Variável controle e fonte

Código	Variável Controle	Fonte
AA	Índice de Theil - L	Portal Atlas
BB	Índice de Gini	Portal Atlas
CC	% de empregados com carteira - 18 anos ou mais	Portal Atlas
DD	% de empregados sem carteira - 18 anos ou mais	Portal Atlas
EE	% de trabalhadores do setor público - 18 anos ou mais	Portal Atlas
FF	% de empregadores - 18 anos ou mais	Portal Atlas
GG	% dos ocupados no setor agropecuário - 18 anos ou mais	Portal Atlas
HH	% dos ocupados no setor extrativo mineral - 18 anos ou mais	Portal Atlas
II	% dos ocupados na indústria de transformação - 18 anos ou mais	Portal Atlas
JJ	% dos ocupados no SIUP - 18 anos ou mais	Portal Atlas
KK	% dos ocupados no setor de construção - 18 anos ou mais	Portal Atlas
LL	% dos ocupados no setor comércio - 18 anos ou mais	Portal Atlas
MM	% dos ocupados no setor serviços - 18 anos ou mais	Portal Atlas
NN	% da população em domicílios com água encanada	Portal Atlas
OO	% da população em domicílios com coleta de lixo	Portal Atlas
PP	% da população em domicílios com energia elétrica	Portal Atlas
QQ	% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	Portal Atlas
RR	% de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo	Portal Atlas
SS	% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	Portal Atlas
TT	% de pessoas com abastecimento de água e esgotamento inadequados	Portal Atlas
UU	% população urbana	IBGE
VV	% população feminina	IBGE
WW	Taxa de fecundidade total	Portal Atlas
XX	Razão de dependência	Portal Atlas
YY	Taxa de envelhecimento	Portal Atlas
ZZ	Chuva	Portal Atlas
A1	Desvio da chuva	IBGE
A2	Densidade demo	IBGE
A3	Dívida ativa	FINBRA

Fonte: Elaborada pelo autor.

Um modelo de regressão linear foi utilizado. Inicialmente o aumento percentual do IDHM foi tomado como variável dependente, enquanto que as variáveis controle e as variáveis *dummies* foram as variáveis independentes. Três configurações foram tomadas para as variáveis controle: a primeira utiliza os dados do ano 2000 (essa configuração foi chamada de X_0), a segunda usa a diferença entre os valores medidos entre 2000 e 2010 (essa foi chamada de ΔX), e a terceira utiliza os valores dos indicadores em 2000 e a variação dos indicadores (correspondente ao $X_0 + \Delta X$).

Em um segundo momento, a diminuição do hiato IDHM foi utilizada como variável dependente. O hiato do IDHM é definido como a distância entre o IDHM e seu valor máximo, que é correspondente a 1,0. As três configurações das variáveis controle foram então utilizadas como variáveis independentes (X_0 , ΔX , $X_0 + \Delta X$). Dessa forma, seis estimativas foram realizadas:

$$\Delta IDHM_{\%} = \beta_0 + \beta_1 X_{01} + \beta_2 X_{02} + \dots + \beta_{29} X_{029} + \gamma_1 D_1 + \gamma_2 D_2 + \dots \quad (1)$$

$$+ \gamma_{26} D_{26}$$

$$\Delta IDHM_{\%} = \beta_0 + \beta_{\Delta 1} \Delta X_1 + \beta_{\Delta 2} \Delta X_2 + \dots + \beta_{\Delta 29} \Delta X_{29} + \gamma_1 D_1 + \gamma_2 D_2 + \dots \quad (2)$$

$$+ \gamma_{26} D_{26}$$

$$\Delta IDHM_{\%} = \beta_0 + \beta_1 X_{01} + \beta_2 X_{02} + \dots + \beta_{29} X_{029} + \beta_{\Delta 1} \Delta X_1 + \beta_{\Delta 2} \Delta X_2 + \dots \quad (3)$$

$$+ \beta_{\Delta 29} \Delta X_{29} + \gamma_1 D_1 + \gamma_2 D_2 + \dots + \gamma_{26} D_{26}$$

$$\Delta HIATO_{\%} = \beta_0 + \beta_1 X_{01} + \beta_2 X_{02} + \dots + \beta_{29} X_{029} + \gamma_1 D_1 + \gamma_2 D_2 + \dots \quad (4)$$

$$+ \gamma_{26} D_{26}$$

$$\Delta HIATO_{\%} = \beta_0 + \beta_{\Delta 1} \Delta X_1 + \beta_{\Delta 2} \Delta X_2 + \dots + \beta_{\Delta 29} \Delta X_{29} + \gamma_1 D_1 + \gamma_2 D_2 + \dots \quad (5)$$

$$+ \gamma_{26} D_{26}$$

$$\Delta HIATO_{\%} = \beta_0 + \beta_1 X_{01} + \beta_2 X_{02} + \dots + \beta_{29} X_{029} + \beta_{\Delta 1} \Delta X_1 + \beta_{\Delta 2} \Delta X_2 + \dots \quad (6)$$

$$+ \beta_{\Delta 29} \Delta X_{29} + \gamma_1 D_1 + \gamma_2 D_2 + \dots + \gamma_{26} D_{26}$$

Os coeficientes encontrados pelas estimações podem ser encontrados nas duas

tabelas seguintes, sendo a primeira relativa aos coeficientes quando foi utilizada a variação percentil do IDHM. Das 27 categorias, apenas 23 possuíam pelo menos um elemento, assim sendo, o modelo de regressão foi feito utilizando apenas 22 das 26 *dummies* possíveis, sendo a DDD a categoria de referência. O resultado pode ser visto na Tabela 5.

Tabela 5 – Coeficiente das *dummies* e p-valor em cada um dos modelos (IDHM)

Dummy	(IDHM) x0		(IDHM) Dx		(IDHM) x0+Dx	
	Coefficiente	p-valor	Coefficiente	p-valor	Coefficiente	p-valor
D D C	-0.038381	0.4816	0.005502	0.9349	-0.056818	0.3065
D D E	-0.031642	0.4031	0.028790	0.5471	-0.016383	0.6865
D C D	-0.115935	0.0566	0.006196	0.9278	-0.128136	0.0374
D C C	4.79E-05	0.9988	0.039388	0.3147	0.009624	0.7681
D C E	0.018602	0.6800	0.092145	0.0994	0.025137	0.5905
D E D	-0.064235	0.1234	0.034295	0.4951	-0.048495	0.2692
D E E	0.032338	0.3765	0.096678	0.0413	0.037468	0.3396
C D D	0.003730	0.9201	0.012095	0.7909	0.001422	0.9698
C D C	0.017758	0.5749	0.062561	0.1306	0.023398	0.5038
C D E	0.018797	0.6337	0.072338	0.1508	0.071796	0.0866
C C D	-0.000581	0.9858	0.040103	0.3288	0.007929	0.8126
C C C	0.004653	0.8674	0.056470	0.1110	0.020230	0.5039
C C E	-0.003311	0.9130	0.052094	0.1698	0.003534	0.9124
C E D	-0.027057	0.3816	0.037448	0.3331	-0.005796	0.8603
C E C	-0.009087	0.7748	0.027346	0.4882	0.000618	0.9851
C E E	-0.023348	0.4337	0.020085	0.6015	-0.011355	0.7340
E D D	-0.051317	0.2372	0.013716	0.7993	-0.043650	0.3236
E C C	-0.046781	0.1875	0.055935	0.2021	-0.012436	0.7464
E C E	-0.036627	0.5413	0.072673	0.3184	-0.011400	0.8577
E E D	0.015324	0.6752	0.047413	0.3248	0.014865	0.7082
E E C	-0.034181	0.3232	0.015613	0.7263	-0.020947	0.5612
E E E	-0.021472	0.5324	0.024833	0.5780	0.000675	0.9859

Fonte: Elaborada pelo autor.

Como é possível conferir na tabela acima, apenas cinco categorias apresentaram algum coeficiente com p-valor abaixo de um nível de significância de 10%, com 2 abaixo de 5%. Apenas uma das *dummies* apresentou p-valor significativo mais de uma vez, o da categoria DCD, apresentando ambas as vezes um coeficiente negativo da ordem de -0,12, sendo inclusive os únicos coeficientes significativos negativos. Lembrando que a categoria de referência escolhida foi a DDD.

Ao utilizar a variação percentil da melhora do hiato do IDHM, quatro coeficientes apresentaram p-valor significativo. E mais uma vez a única que apresentou mais de uma vez significância estatística foi a categoria DCD, ambas as vezes apresentando um coeficiente negativo, da ordem de -0,06 a -0,09, conforme pode ser verificado na Tabela 6.

Tabela 6 – Coeficiente das *dummies* e p-valor em cada um dos modelos (HIATO)

Dummy	(HIATO) x0		(HIATO) Dx		(HIATO) x0+Dx	
	Coeficiente	p-valor	Coeficiente	p-valor	Coeficiente	p-valor
D D C	-0.024382	0.4104	0.003335	0.9067	-0.021480	0.4097
D D E	-0.021753	0.2901	-0.008175	0.6856	-0.004029	0.8325
D C D	-0.092803	0.0053	0.017749	0.5390	-0.065922	0.0228
D C C	-0.009964	0.5598	0.013182	0.4254	0.004059	0.7910
D C E	-0.013848	0.5717	0.013140	0.5764	-0.000114	0.9959
D E D	-0.046977	0.0386	-0.010392	0.6245	-0.021752	0.2908
D E E	-0.010436	0.5987	0.016808	0.3979	0.005408	0.7686
C D D	-0.016232	0.4217	-0.005243	0.7855	-0.005493	0.7557
C D C	-0.006271	0.7151	0.006455	0.7109	0.000369	0.9821
C D E	-0.005189	0.8085	0.025354	0.2328	0.031286	0.1112
C C D	-0.000980	0.9559	0.008262	0.6334	0.000883	0.9551
C C C	-0.004873	0.7474	0.011371	0.4458	0.007116	0.6163
C C E	-0.012468	0.4491	0.001754	0.9125	-0.004422	0.7694
C E D	-0.017301	0.3030	0.000451	0.9780	-0.001076	0.9445
C E C	-0.013395	0.4376	0.000789	0.9622	-0.003238	0.8345
C E E	-0.020770	0.2004	-0.006181	0.7036	-0.009107	0.5616
E D D	-0.038318	0.1048	-0.010869	0.6335	-0.027279	0.1895
E C C	-0.037394	0.0532	0.004709	0.7988	-0.009874	0.5846
E C E	-0.044137	0.1763	0.001298	0.9663	-0.020338	0.4960
E E D	-0.010254	0.6055	0.006392	0.7530	0.006614	0.7227
E E C	-0.028664	0.1279	-0.000875	0.9630	-0.000948	0.9553
E E E	-0.008158	0.6620	0.008644	0.6467	0.006938	0.6978

Fonte: Elaborada pelo autor.

Após as estimações com as variáveis controle, a multicolinearidade foi testada por meio do teste de fatores de inflação de variância (VIF). O teste VIF apresentou fortes indícios de colinearidade em mais de uma variável. Em algumas, o VIF centrado apresentou valores superiores a 10. Dependendo da configuração utilizada para os testes, as variáveis indicadoras de multicolinearidade mudavam ligeiramente. Algumas soluções para contornar esse problema foram apresentadas por Hair (2005), entre elas a exclusão das variáveis independentes altamente correlacionadas ou então não utilizar o modelo para análise dos coeficientes, mas apenas de forma preditiva. A segunda solução é contrária à intenção do presente trabalho, que

é justamente a análise da influência do aspecto político em mudanças na qualidade de vida. A primeira solução, apesar de ser implementável, promoveria uma inconsistência ao comparar os coeficientes das variáveis *dummies* que fossem obtidos de estimações diferentes já que o conjunto das variáveis controle utilizadas para cada estimação seria diferente. Aranha (2008) sugere que problemas de multicolinearidade podem ser resolvidos por meio da introdução de análise de fatores capazes de resumir as informações contidas na base de dados.

Assim sendo, um modelo utilizando análise de fatores foi utilizado. Para cada caso já analisado, as variáveis controle foram resumidas por uma média de 5 fatores. O método de análise de fatores combina as variáveis estudadas para extrair fatores que possam sintetizar a amostra como um todo. Esse processo auxilia em análises com uma grande quantidade de variáveis que podem estar correlacionadas. Para mais informações acerca da utilização de fatores em modelos de regressão linear, ver Bai (2002). Os resultados de cada um dos casos podem ser conferidos na Tabela 7 e na Tabela 8:

Tabela 7 – Coeficiente das *dummies* e p-valor em cada um dos modelos (IDHM com fatores)

Dummy	(IDHM) x0		(IDHM) Dx		(IDHM) x0+Dx	
	Coeficiente	p-valor	Coeficiente	p-valor	Coeficiente	p-valor
D D C	0.013278	0.8586	-0.019015	0.8510	-0.064363	0.3463
D D E	-0.017841	0.7177	-0.006005	0.9286	-0.045305	0.3165
D C D	0.010652	0.8884	-0.127169	0.2113	-0.050243	0.4733
D C C	-0.008024	0.8503	-0.043034	0.4564	-0.023174	0.5530
D C E	0.029333	0.6236	-0.050447	0.5308	-0.010336	0.8513
D E D	-0.005716	0.9143	-0.039798	0.5783	-0.024479	0.6117
D E E	0.028958	0.5605	0.073458	0.2752	0.018841	0.6793
C D D	0.011400	0.8129	-0.104293	0.1048	0.008469	0.8477
C D C	0.020989	0.6324	0.022351	0.7065	0.011792	0.7678
C D E	0.015869	0.7707	-0.110879	0.1285	0.017105	0.7316
C C D	0.007715	0.8626	0.012854	0.8317	-0.018479	0.6500
C C C	0.017270	0.6524	0.030053	0.5626	0.011542	0.7410
C C E	0.010344	0.8034	0.008600	0.8792	0.006212	0.8705
C E D	-0.026512	0.5259	-0.033806	0.5548	-0.029304	0.4456
C E C	-0.012993	0.7634	-0.030496	0.6019	-0.010673	0.7868
C E E	0.000938	0.9816	-0.004176	0.9401	-0.008393	0.8217
E D D	0.015543	0.7918	-0.027623	0.7301	-0.013134	0.8065
E C C	-0.022653	0.6332	-0.016536	0.7964	0.005261	0.9032
E C E	0.045919	0.5381	0.131480	0.1953	0.013275	0.8471
E E D	0.025978	0.5805	0.069440	0.2796	-0.032657	0.4561
E E C	-0.007815	0.8691	-0.006741	0.9161	-0.020360	0.6373
E E E	0.014285	0.7552	-0.036298	0.5592	-0.045885	0.2713

Fonte: Elaborada pelo autor.

Tabela 8 – Coeficiente das *dummies* e p-valor em cada um dos modelos (HIATO com fatores)

Dummy	(HIATO) x0		(HIATO) Dx		(HIATO) x0+Dx	
	Coeficiente	p-valor	Coeficiente	p-valor	Coeficiente	p-valor
D D C	-0.015184	0.6611	0.013278	0.8586	-0.005247	0.8667
D D E	-0.029742	0.1937	-0.017841	0.7177	-0.018347	0.3795
D C D	-0.018710	0.5936	0.010652	0.8884	-0.023592	0.4644
D C C	-0.016206	0.4117	-0.008024	0.8503	-0.011936	0.5045
D C E	-0.006511	0.8137	0.029333	0.6236	-0.011925	0.6382
D E D	-0.029023	0.2391	-0.005716	0.9143	-0.008326	0.7094
D E E	-0.002509	0.9133	0.028958	0.5605	0.001790	0.9314
C D D	-0.013240	0.5554	0.011400	0.8129	-0.001284	0.9501
C D C	-0.005359	0.7919	0.020989	0.6324	0.005911	0.7474
C D E	-0.002593	0.9174	0.015869	0.7707	0.015188	0.5035
C C D	0.003971	0.8475	0.007715	0.8626	0.007510	0.6860
C C C	-0.001926	0.9135	0.017270	0.6524	0.006803	0.6698
C C E	-0.012413	0.5207	0.010344	0.8034	-0.005796	0.7389
C E D	-0.023129	0.2353	-0.026512	0.5259	-0.008027	0.6487
C E C	-0.018623	0.3521	-0.012993	0.7634	-0.007157	0.6923
C E E	-0.018975	0.3157	0.000938	0.9816	-0.007557	0.6572
E D D	-0.022922	0.4018	0.015543	0.7918	-0.007946	0.7458
E C C	-0.022975	0.2960	-0.022653	0.6332	-0.011973	0.5424
E C E	0.001602	0.9630	0.045919	0.5381	0.001482	0.9616
E E D	-0.012758	0.5605	0.025978	0.5805	-0.007404	0.7084
E E C	-0.019733	0.3659	-0.007815	0.8691	-0.000903	0.9635
E E E	-0.001487	0.9442	0.014285	0.7552	0.011053	0.5664

Fonte: Elaborada pelo autor.

Com a introdução dos fatores, nenhum coeficiente com p-valor abaixo de 10% foi encontrado, impossibilitando então afirmar que a orientação ideológica do executivo local influencia significativamente as melhorias no nível de qualidade de vida da população do município. Outro ponto importante é que não apenas o nível de significância estatística não foi atingido pelas estimações, mas também os coeficientes obtidos de cada uma das categorias políticas mudam de magnitude e até mesmo de sinal, dependendo do conjunto de variáveis controle e da variável dependente escolhida.

Uma possível explicação para não encontrar significância estatística reside na própria quantidade de dados da base de dados utilizada. Apesar da análise contar com 184 municípios, a base de dados é consideravelmente pequena, principalmente se for comparada com a quantidade de categorias analisadas, vinte e sete, e pela distribuição nessas categorias (com uma delas contendo praticamente um terço de todas as amostras). Outras eleições do

Estado não puderam ser incluídas na análise já que faltam informações acerca dos indicadores como também acerca da orientação política dos partidos no período imediatamente pós-redemocratização. Além da falta das variáveis controle, o principal indicador analisado, o IDHM, foi aferido apenas em 3 momentos (1991,2000 e 2010).

Outra possível explicação para a falta de significância estatística é a de que mais importante do que a orientação ideológica do prefeito seria a sua capacidade política e habilidades gerenciais. Apesar de muitos prefeitos serem políticos profissionais, uma quantidade considerável de prefeitos teve uma vida política efêmera, apesar de tentativas para concorrer a outros cargos.

Outro ponto importante a ser ressaltado é a influência da orientação política do governador do Estado e do presidente da República. A orientação do governador pode influenciar os resultados dos prefeitos de forma positiva ou negativa. Como as eleições para presidente e para governadores não ocorrem simultaneamente às dos prefeitos, a complexidade da análise aumenta com o fato das eleições para governadores ocorrerem em períodos “quebrados” no mandato dos prefeitos. Para a introdução de uma análise que contemple os governadores e presidentes, é necessária uma base de dados consideravelmente maior, para que assim sejam introduzidos todos os casos e combinações possíveis.

Por último, é importante frisar que a grande maioria dos partidos vencedores das eleições municipais são de orientação de Centro. E como foi visto no referencial teórico, a orientação centro às vezes se alinha com a esquerda e às vezes se alinha com a direita, faltando assim, grande parte das vezes, consistência ideológica, o que poderia dificultar encontrar alguma evidência do aspecto político na melhoria da qualidade de vida.

4 CONCLUSÃO

Apesar do debate secular entre adeptos das orientações políticas, nenhuma orientação conseguiu mostrar-se indubitavelmente como a melhor. O conflito entre as ideias é proveitoso para a democracia, como também para a evolução e aprimoramento do sistema político nacional. Classificações da orientação ideológica dos partidos políticos se tornam muitas vezes difíceis, seja por falta de dados acerca de partidos que não mais existem, seja pela resistência dos próprios partidos em se declararem ideologicamente. Auto declarações acerca de orientação ideológica se tornam cada vez mais estigmatizadas, dificultando assim um debate aberto e sincero dentro do cenário político nacional.

O presente trabalho teve como objetivo avaliar se a ideologia do Poder Executivo local pode influenciar as melhorias em indicadores socioeconômicos. A base de dados utilizada para a análise foi a dos resultados das eleições municipais do Ceará, entre 1988 e 2000 (analisada por meio de estatística descritiva), e entre 2000 e 2008 (analisada por meio de modelos matemáticos).

Estimações foram feitas com o objetivo de tentar relacionar melhorias no IDHM (diretas ou por análise do hiato) e aspecto político por meio de regressões lineares (com o método dos mínimos quadrados) e utilização de variáveis *dummies*. Das seis estimações feitas com 29 variáveis controle, poucas categorias políticas apresentaram coeficientes que pudessem ser considerados estatisticamente significantes. Dentre os 132 coeficientes calculados, apenas nove foram estatisticamente significantes. Testes indicaram a presença de multicolinearidade na base de dados, para contornar esse problema foi realizada uma análise de fatores para cada um dos casos abordados. Com a utilização de fatores, nenhuma categoria política apresentou-se como estatisticamente significativa. Esse resultado indica que o voto não deveria ser unicamente balizado pela orientação ideológica do candidato, já que outros fatores podem influenciar mais o desempenho socioeconômico do que a legenda a que esse político pertence.

Insuficiências na base de dados dificultaram uma análise mais profunda. Devido ao reduzido número de 184 municípios, apenas um período possível de análise por meio de modelos matemáticos, vinte e sete categorias políticas e grande concentração dos municípios em algumas dessas categorias, houve uma grande limitação da análise. Uma nova investigação contendo uma base de dados mais abrangente poderia trazer resultados mais satisfatórios. As possibilidades para o aumento da base de dados seria a incorporação de vários Estados de uma Região brasileira, ou então uma análise contendo o IDHM de um outro período (o que somente será possível quando o Atlas Brasil calcular o IDHM mais uma vez).

Uma outra possível abordagem para estudos posteriores seria a incorporação do Poder Executivo Estadual, como também do Poder Executivo Federal utilizando uma base de dados englobando o Brasil todo, ou algumas de suas Regiões, permitindo assim uma análise mais profunda acerca das relações políticas entre Municípios, Estados e União. Tal estudo permitiria uma investigação acerca das implicações de alinhamentos e oposições dentro do cenário político nacional.

REFERÊNCIAS

- ALESINA. A. Politics and Business Cycles in Industrial Democracies. **Economic Policy**, vol. 4, nº 8, p. 55-98, 1989
- ARANHA, F. **Análise Fatorial em Administração**. Sao Paulo: ~ CENGAGE Learning, 2008.
- ARISTÓTLES. **Política**. Tradução do grego. 3ed. Brasília: UNB, 1997.
- AVELAR. L Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 14, nº 1, p. 96-122, 2008
- BAI. J.; NG. S. Determining the Number of Factors in Approximate Factor Models. **Econometrica**, Vol. 70, nº 1, 2002.
- BAL. M. Ideology & Higher Education Policy - A Historical Perspective and the Way Forward. **Journal of Economics and Finance** Volume 5, Issue 6. Ver. III p. 24-28, 2014
- BOBBIO, N. **Direita e Esquerda: Razões e Significados de uma Distinção Política**. Unesp 1995.
- CERVIE.U. Eleições casadas, votos solteiros e PT em namoro eleitoral com PSDB: Uma descrição da tendência de polarização das eleições presidenciais entre 1994 e 2014. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.6, n.6, p.25-46, out. 2014.
- CHUNG. H. Political and welfare state determinants of infant and child health indicators: An analysis of wealthy countries. **Social Science & Medicine**, n. 63, p. 829–842, 2006
- DAVIES. A. Human development and the optimal size of government. **The Journal of Socio-Economics**, n 38, p 326–330, 2009
- DeLa A. L. Do Conditional Cash Transfers Affect Electoral Behavior? Evidence from a Randomized Experiment in Mexico. **American Journal of Political Science**, Vol. 57, No. 1, January, p, 1-14, 2013
- DICK. J. W. Authoritarian versus Nonauthoritarian Approaches to Economic Development. **Journal of Political Economy**, Vol. 82, No. 4, p. 817-827, 1974
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012
- GRANADOS. J. A. T Politics and health in eight European countries: A comparative study of mortality decline under social democracies and right-wing governments. **Social Science & Medicine**, n. 71, p.841-850, 2010
- GUIMARAES. J. R. S. IDH, Indicadores Sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: Uma Análise Crítica. **Estudos Urbanos e Regionais** v. 7 , n. 1, p 73-90 maio, 2005
- GUPTA. S. The efficiency of government expenditure Experiences from Africa. **Journal of Policy Modeling**, n. 23, p. 433–467, 2001

HAIR, Jr., J. H. **Análise Multivariada de Dados**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman. 2005.

HENRIQUE. F. Grau de implantação do Programa Saúde da Família e indicadores sociais. **Ciência & Saúde Coletiva**. p 1359-1365 - 2007

JANNUZZI. P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, n. 26, p. 137-160, 2005

KINZO. M. D. G. **Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro**. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993

KLOMP. J. Is the political system really related to health? **Social Science & Medicine**, n. 69, p. 36–46, 2009

KOSACK. S. Effective Aid: How Democracy Allows Development Aid to Improve the Quality of Life. **World Development** Vol. 31, No. 1, p. 1–22, 2003

KUMARA. A. S. IMPACT of Cash Transfer Programs on School Attendance and Child Poverty: An Ex-ante Simulation for Sri Lanka. **Journal of Development studies** , Vol. 4, 2010

KURESKI. R. Uma matriz de contabilidade social para o Brasil. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 7, n. 3, p. 78-95, 2005

LUNDBERG. O. The role of welfare state principles and generosity in social policy programmes for public health: an international comparative study. **Lancet**, v. 372, p 1633-1640, 2008

LUNDBERG. O. Politics, public health and pessimism: Should we take studies on welfare states and public health further? A commentary on Tapia Granados. **Social Science & Medicine**, n. 71, p. 851-852, 2010

MO. D. School Dropouts and Conditional Cash Transfers: Evidence from a Randomised Controlled Trial in Rural China's Junior High Schools. **Journal of Development Studies**, Vol. 49, No. 2, p. 190–207, 2013

NAVARRO. V. The political context of social inequalities and health. **Social Science and Medicine**, n. 52, p. 481-491, 2001

NAVARRO. V. Politics and health outcomes. **Lancet**, v. 368, p. 1033-1037, 2006

OLIVEIRA. G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p. 37-48, 2002

PEGA. F. Politics, policies and population health: A commentary on Mackenbach, Hu and Looman (2013). **Social Science & Medicine**, n. 93, p. 176-179, 2013

PRZEWORSKI. A. Political Regimes and Economic Growth. **Journal of Economic Perspectives**, Vol. 7, n. 3, p. 51-69, 1993

REZENDE. A. J. A Gestão Pública Municipal e a eficiência dos gastos públicos: Uma

investigação empírica entre as políticas públicas e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do estado de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 1, n. 1, p 24 – 40, jan./abr. 2005.

RODRIGUES. L.M. **Partidos, Ideologia e Composição Social**. Rio de Janeiro: Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, 2009.

SANTOS. A. M. Topografia do Brasil profundo: votos, cargos e Alinhamentos nos municípios brasileiros. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 19, nº 1, p. 1-20, 2013

SCARPIN. J. E. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão Governamental. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, Set./Out. 2007

SCHNEIDER. F. Economic and political determinants of foreign direct investment. in. **World Development**. Vol. 13, nº 2, p. 161-175, 1985

SOUZA. C. A. S. Subsistemas partidários na Amazônia Brasileira: Uma abordagem pela ótica municipal. in. **V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política**. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010.

SYRQUIN. M. GDP as a Measure of Economic Welfare. In: *Misure e indicatori del benessere* , Ancona, Novembro 2010. **Resumos...** SVILUPPO Economico e Benessere., 2010

APÊNDICE A – CLASSIFICAÇÃO E RESULTADOS MUNICIPAIS

A1- Partido dos prefeitos eleitos

Partido dos prefeitos eleitos 1988-2008						
MUNICÍPIO	Eleições de 1988	Eleições de 1992	Eleições de 1996	Eleições de 2000	Eleições de 2004	Eleições de 2008
ABAIARA	PMDB	PSDB	PSD	PSD	PSDB	PSDB
ACARAPE	PDS	PDS	PSDB	PTB	PHS	PMDB
ACARAU	PMDB	PMDB	PSD	PSD	PMDB	PT
ACOIARA	PMDB	PDT	PDT	PSDB	PPS	PTB
AIUABA	PFL/DEM	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB
ALCANTARAS	PDS	PSDB	PSD	PSDB	PRP	PRP
ALTANEIRA	PFL/DEM	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB
ALTO SANTO	PDS	PSDB	PP	PSDB	PPS	PRB
AMONTADA	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB	PT	PT
ANTONINA DO NORTE	PFL/DEM	PMDB	PMBD	PSD	PSDB	PSB
APIARES	X	PSDB	PSD	PSD	PRP	PRP
AQUIRAZ	X	PMDB	PSDB	PPS	PPS	PMDB
ARACATI	PTB	PSDB	PSB	PSD	PP	PP
ARACOIABA	PFL/DEM	PDT	PP	DEM	PSDB	PSDB
ARARENDA	x	PDS	PDT	PMDB	PMDB	PSB
ARARIPE	PFL/DEM	PFL	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB
ARATUBA	PMDB	PSDB	PDT	PV	PV	PR
ARNEIROZ	X	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	PMDB
ASSARE	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB
AURORA	x	PDT	PSDB	PSB	PSB	PSDB
BAIXIO	PMDB	PSDB	PSDB	PSD	PTB	PMDB
BANABUIU	PMDB	PSDB	PSD	PR	PSDB	PSDB
BARBALHA	PMDB	PDT	DEM	PSDB	PTB	PT
BARREIRA	PMDB	PSDB	PP	PSDB	PSDB	PMDB
BARRO	PMDB	PSDB	PSDB	PPS	PFL	DEM
BARROQUINHA	PFL/DEM	PSDB	DEM	PSDB	PSDB	PTB
BATURITE	PSB	PDT	PSB	PSDB	PMDB	PSDB
BEBERIBE	PFL/DEM	PDC	PSDB	PSDB	PT	PSDB
BELA CRUZ	PFL/DEM	PSDB	PSD	PSDB	PMDB	PSDB
BOA VIAGEM	PDS	PDT	PR	PSD	PL	PSDB
BREJO SANTO	PTR<PST<PP	PSDB	PSDB	PSDB	PPS	PSB
CAMOCIM	PSC	PRN	PSDB	PPS	PP	PP
CAMPOS SALES	PFL/DEM	PDT	PSDB	DEM	PSDB	PSDB
CANINDE	PFL/DEM	PDC	PMBD	PP	PP	PSDB
CAPISTRANO	PMDB	PMDB	PP	PMDB	PMDB	PDT
CARIDADE	PFL/DEM	PDC	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB
CARIRE	X	PSDB	PPS	PSD	PSDB	PRB
CARIRIACU	PMDB	PMDB	PSDB	PSDB	PPS	PSB
CARIUS	PFL/DEM	PSDB	PMBD	PTB	PPS	PR

CARNAUBAL	PFL/DEM	PSDB	PSDB	PPS	PPS	PPS
CASCAVEL	PMDB	PSDB	PSDB	PSD	PSDB	PT
CATARINA	PFL/DEM	PFL	PSDB	PSDB	PSDB	PMDB
CAUCAIA	PDS	PDT	PSDB	PP	PMDB	PRB
CEDRO	PMDB	PSDB	PP	PP	PP	PP
CHAVAL	PDS	PDT	PTB	PTB	PTB	PDT
CHORO	x	PSDB	PSD	PSD	PMDB	PSDB
CHOROZINHO	PFL/DEM	PSDB	PSD	PSD	PSDB	PSB
COREAU	x	PSDB	PMDB	PMDB	PSDB	PSDB
CRATEUS	x	PSDB	PSDB	PSDB	PMDB	PC do B
CRATO	PMDB	PSDB	PMDB	PP	PSDB	PSDB
CROATA	PDS	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB
CRUZ	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB
DEP IRAPUAN PINHEIRO	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB
ERERE	PMDB	PSDB	PSDB	PTB	PSDB	PSDB
EUZEBIO	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSB	PSB
FARIAS BRITO	PFL/DEM	PDC	PSD	PSDB	PSDB	PSL
FORQUILHA	PL/PR/PRONA	PL	PSDB	PSDB	PRP	PTB
FORTALEZA	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB	PT	PT
FORTIM	X	PDT	PDT	PSDB	PP	PTB
FRECHEIRINHA	PMDB	PSDB	PSD	PPS	PDT	PSB
GENERAL SAMPAIO	PMDB	PSDB	PPS	PPS	PPS	PRB
GRACA	X	PSDB	PSDB	PSDB	PPS	PC do B
GRANGEIRO	PFL/DEM	PDT	PSD	PSD	PSDB	PSDB
GRANJA	PMDB	PSDB	PSD	PSD	PSDB	PSDB
GROAIRAS	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB	PTB	PTB
GUAIUBA	PSC	PMDB	PDT	PSDB	PSDB	PSDB
GUARACIABA DO NORTE	PMDB	PSDB	PMDB	PMDB	PSDB	PSDB
GUARAMIRANGA	PMDB	PSDB	PMDB	PMDB	PPS	PR
HIDROLANDIA	PMDB	PSDB	DEM	DEM	PSDB	PSDB
HORIZONTE	PDC	PSDB	PP	PSDB	PSDB	PSDB
IBARETAMA	PDS	PSDB	DEM	DEM	PTC	PSB
IBIAPINA	PMDB	PDT	PSDB	PSDB	PMDB	PTB
IBICUITINGA	PFL/DEM	PDS	PSD	PSD	PPS	PSDB
ICAPUI	x	PT	PT	PT	PSDB	PSDB
ICO	PTR<PST<PP	PSDB	PMDB	PSD	PSDB	PMDB
IGUATU	PL	PSDB	PSDB	PMDB	PSDB	PMDB
INDEPENDENCIA	PFL/DEM	PDT	PSD	PSDB	PRP	PMDB
IPAPORANGA	PFL/DEM	PDT	PSDB	PSDB	PSDB	PMDB
IPAUMIRIM	PFL/DEM	PDC	PSDB	PSD	PSDB	PMDB
IPU	X	PTB	PSDB	PSDB	PRP	PMDB
IPUEIRAS	PDS	PDS	PP	PSDB	PPS	PSB
IRACEMA	PMDB	PSDB	PSD	PSDB	PSDB	PRB
IRAUCUBA	PFL/DEM	PSDB	PSDB	PSDB	PHS	PHS

ITAICABA	PDS	PDS	PSDB	PMDB	PSDB	PSDB
ITAITINGA	X	PDT	PSDB	PSDB	PPS	PSB
ITAPAGE	PSDB	PL	PR	PTB	PPS	PP
ITAPIPOCA	PFL/DEM	PSDB	PSDB	PPS	PSDB	PSDB
ITAPIUNA	PMDB	PSDB	PSC	PMDB	PSDB	PSDB
ITAREMA	PFL/DEM	PSDB	PSD	PSD	PMDB	PMDB
ITATIRA	PDS	PDS	PP	PPS	PPS	PRB
JAGUARETAMA	PMDB	PFL	PSDB	PSDB	PSDB	PMDB
JAGUARIBARA	PMDB	PDT	PSDB	PTB	PPS	PV
JAGUARIBE	PDS	PFL	PP	PP	PPS	PRB
JAGUARUANA	PDC	PSDB	PMDB	PSD	PSDB	PMDB
JARDIM	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	PMDB
JATI	PTR<PST<PP	PSDB	PSD	PSD	PP	PP
JIJOCA DE JERICOACOARA	X	PDC	PSD	PSD	PSDB	PMDB
JUAZEIRO DO NORTE	PMDB	PST	PDT	DEM	PSDB	PT
JUCAS	PFL/DEM	PSDB	DEM	DEM	PFL	PC do B
LAVRAS DA MANGABEIRA	PDS	PSDB	PP	PSD	PMDB	PMDB
LIMOEIRO DO NORTE	PDS	PSDB	PSD	PSD	PPS	PRB
MADALENA	PMDB	PDT	PSD	PSDB	PDT	PMDB
MARACANAU	PCB PDT	PSDB	PSDB	PSDB	PL	PR
MARANGUAPE	PFL/DEM	PSDB	PSDB	PV	PV	PC do B
MARCO	X	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	PP
MARTINOPOLE	PMDB	PFL	PDT	DEM	PT	PR
MASSAPÉ	PDS	6930	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB
MAURITI	PFL/DEM	PSDB	PSDB	PSDB	PT	PT
MERUOCA	PMDB	PSDB	PSD	PSB	PT	PT
MILAGRES	PMDB	PST	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB
MILHA	PMDB	PMDB	PSDB	PSDB	PMDB	PMDB
MIRAIMA	PFL/DEM	PDT	PSDB	PPS	PPS	PRB
MISSAO VELHA	PDS	PDS	PSD	PSD	PSDB	PSB
MOMBACA	PDS	PDS	PP	PP	PSDB	PSDB
MONSENHOR TABOSA	PFL/DEM	PSDB	DEM	PSDB	PPS	PSDB
MORADA NOVA	PFL/DEM	PSDB	PDT	PSD	PPS	PMDB
MORAUJO	PMDB	PDT	PSDB	PPS	PRP	PSB
MORRINHOS	PMDB	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB	PT
MUCAMBO	PFL/DEM	PFL	PSDB	PSDB	PSDB	PR
MULUNGU	PTB	PMDB	PSDB	PMDB	PV	DEM
NOVA OLINDA	PFL/DEM	PSDB	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB
NOVA RUSSAS	PMDB	PSDB	PSDB	PPS	PPS	PSC
NOVO ORIENTE	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB
OCARA	PFL/DEM	PSDB	PSD	PSD	PV	PV
OROS	PFL/DEM	PSDB	PP	PSDB	PP	PSB

PACAJUS	PDS	PDC	PP	PP	PSDB	PSDB
PACATUBA	PDS	PDT	PSDB	PSD	PL	PRB
PACOTI	PFL/DEM	PDT	PSDB	PSDB	PPS	PPS
PACUJA	X	PFL	DEM	DEM	PFL	PSB
PALHANO	PDS	PSDB	PP	PSDB	PSDB	PSDB
PALMACIA	PMDB	PSDB	PSDB	PSD	PDT	PT
PARACURU	X	PSDB	DEM	PP	PP	PP
PARAIPABA	PFL/DEM	PSDB	PPS	PSD	PP	PP
PARAMBU	PFL/DEM	PDT	PMDB	PPS	PMDB	PMDB
PARAMOTI	PFL/DEM	PFL	PSDB	PSDB	PT	PT
PEDRA BRANCA	PFL/DEM	PMDB	PSDB	PSDB	PRP	PRP
PENAFORTE	X	PSDB	PMDB	PSDB	PTB	PSB
PENTECOSTE	PFL/DEM	PFL	PSDB	PSDB	PPS	PRB
PEREIRO	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB	PPS	PRB
PINDORETAMA	PDS	PDS	PSDB	PSDB	PPS	PSDB
PIQUET CARNEIRO	PFL/DEM	PSDB	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB
PIRES FERREIRA	PMDB	PDT	PSDB	PSDB	PSDB	PSB
PORANGA	PMDB	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB
PORTEIRAS	PFL/DEM	PDC	PSD	PSD	PSDB	PSB
POTENGI	PMDB	PSDB	DEM	PTB	PSDB	PC do B
POTIRETAMA	PFL/DEM	PSDB	PSD	PSD	PT	PRB
QUITERIANOPOLIS	PTB	PFL	PSDB	PSDB	PMDB	PMDB
QUIXADA	PDT	PT	PSDB	PT	PT	PT
QUIXELO	PMDB	PDT	PSDB	PSDB	PSDB	PSB
QUIXERAMOBIM	PFL/DEM	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB	PMDB
QUIXERE	PMDB	PDC	PSDB	PSDB	PPS	PRB
REDENCAO	PDS	PDT	PP	PSD	PPS	PSB
RERIUTABA	PDS	PSDB	PR	PSDB	PPS	PRB
RUSSAS	X	PMDB	PDT	PSD	PSDC	PSDB
SABOIEIRO	X	PDT	PSD	PSD	PTB	PSDB
SALITRE	PMDB	PMDB	PMDB	PP	PT	PT
SANTA QUITERIA	PDS	PSDB	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB
SANTANA DO ACARAU	PSB	PSB	PSB	PSB	PC do B	PMDB
SANTANA DO CARIRI	PFL/DEM	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB
SAO BENEDITO	PMDB	PMDB	PTB	PSDB	PPS	PMDB
SAO GONCALO DO AMARANTE	PFL/DEM	PDS	PSDB	PSDB	PSDB	PR
SAO JOAO DO JAGUARIBE	PDS	PSDB	PSDB	PSDB	PPS	PSDB
SAO LUIS DO CURU	PFL/DEM	PMDB	PSD	PSDB	PL	PSDB
SENADOR CATUNDA	X	PSDB	DEM	DEM	PFL	PR

SENADOR POMPEU	PFL/DEM	PMDB	PMDB	PSD	PT	PT
SENADOR SA	PMDB	PL	PR	PSDB	PL	PSDB
SOBRAL	PFL/DEM	PDS	PSDB	PPS	PPS	PSB
SOLONOPOLE	PDS	PMDB	PMDB	PSDB	PFL	PMDB
TABULEIRO DO NORTE	PMDB	PMDB	PMDB	PPS	PMDB	PMDB
TAMBORIL	PFL/DEM	PFL	DEM	DEM	PPS	PSB
TARRAFAS	PMDB	PSDB	PPS	PPS	PSDB	PSDB
TAUA	X	PL	PDT	PMDB	PMDB	PMDB
TEJUSSUOCA	PFL/DEM	PSDB	PSD	PSDB	PSDB	PSDB
TIANGUA	PFL-PDS-PDC	PFL	PSD	PSDB	PSDB	PMDB
TRAIRI	PFL/DEM	PSDB	PP	PSDB	PPS	PRB
TURURU	X	PSDB	PSDB	PSD	PSDB	PSDB
UBAJARA	X	PSDB	PSDB	DEM	PPS	PSB
UMARI	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB	PT	PT
UMIRIM	PFL/DEM	PFL	PSD	PSD	PSDB	PR
URUBURETAMA	X	PSDB	PSDB	PSDB	PPS	PRB
URUOCA	PFL/DEM	PSDB	PMDB	PPS	PPS	PTB
VARJOTA	PFL/DEM	PSDB	PMDB	PPS	PPS	PMDB
VARZEA ALEGRE	PDS	PSDB	PP	PP	PMDB	PMDB
VICOSA DO CEARA	PFL/DEM	PFL	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB

A2- Classificação dos partidos

Classificação do partido		
Numero	Legenda	Orientação
10	PRB	DIREITA
11	PDS	DIREITA
12	PDT	ESQUERDA
13	PT	ESQUERDA
14	PTB	CENTRO
15	PMDB	CENTRO
17	PDC	DIREITA
20	PSC	DIREITA
22	PL/PR/PRONA	DIREITA
23	PPS	ESQUERDA
25	PFL/DEM	DIREITA
28	PTR<PST<PP	DIREITA
31	PHS	CENTRO
36	PTC	DIREITA
40	PSB	ESQUERDA
41	PSD	CENTRO
43	PV	ESQUERDA
44	PRP	CENTRO
45	PSDB	CENTRO
52	PST	DIREITA
65	PC do B	ESQUERDA